

**TERMO DE REFERÊNCIA****1 – DO OBJETO, NATUREZA, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO.**

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de internação compulsória, para tratamento e recuperação de pacientes adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas e/ou transtornos psiquiátricos associados, exclusivamente mediante determinação judicial no Município de Patos de Minas.

1.1.1. Os serviços deverão ser prestados conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

LOTE	DESCRIÇÃO	AMPLA OU ME/EPP	ITEM	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	SERVIÇO DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA/ INVOLUNTÁRIA FEMININO - PACIENTE ADULTO: DESCRIÇÃO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO E TRATAMENTO PARA RECUPERAÇÃO DE PACIENTE, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER COMPULSÓRIO, PACIENTE ADULTO/FEMININO, MEDIANTE ORDEM JUDICIAL. MENSAL	AMPLA	74491	SV	60	R\$ 13.666,50	R\$ 819.990,00
	TRANSPORTE PARA DESLOCAMENTO DE PACIENTES DO SEXO FEMININO: DESCRIÇÃO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA: SERVIÇO DE REMOÇÃO DA PACIENTE DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS ATÉ A CLÍNICA CONTRATADA E VOLTA DA PACIENTE PARA O MUNICÍPIO APÓS A ALTA.	AMPLA	74630	SV	20	R\$ 5.250,00	R\$ 105.000,00
2	SERVIÇO DE INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA MASCULINO - PACIENTE ADULTO: DESCRIÇÃO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNAÇÃO E TRATAMENTO PARA RECUPERAÇÃO DE PACIENTE, EM REGIME DE INTERNAÇÃO DE CARÁTER COMPULSÓRIO, PACIENTE ADULTO/MASCULINO, MEDIANTE ORDEM JUDICIAL. MENSAL	AMPLA	74492	SV	60	R\$ 7.625,00	R\$ 457.500,00



TRANSPORTE PARA DESLOCAMENTO DE PACIENTES COM SAÍDA DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS, DESCRIÇÃO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA: SERVIÇO DE REMOÇÃO DO PACIENTE DO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS ATÉ A CLÍNICA CONTRATADA E VOLTA DO PACIENTE PARA O MUNICÍPIO APÓS A ALTA.	AMPLA	74631	SV	20	R\$ 5.250,00	R\$ 105.000,00
---	-------	-------	----	----	--------------	----------------

1.1.1.1. O custo estimado total da prestação dos serviços é de **R\$ 1.487.490,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e noventa reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.1.1.2. Quando o valor informado neste Termo de Referência divergir do valor informado nos demais documentos anexos ao processo será devido ao arredondamento das casas decimais.

1.2. O objeto deste termo de referência enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio da modalidade Pregão.

1.3. Na elaboração da proposta de preço deverão ser observados os preços de referência dos lotes/itens, constantes deste Termo de Referência, extraídos de pesquisa de preços de mercado (apurados pela Gerência de Suprimentos da Saúde), não devendo os preços ofertados ultrapassarem tais valores, que são tidos como preços máximos.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado, desde que comprovado o preço vantajoso conforme lei 14.133/2021.

1.5. Os lotes serão destinados para ampla concorrência.

1.5.1. Considerando que o inciso III do art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar 147/2014 dispõe sobre a não aplicação das disposições dos artigos 47 e 48 daquela lei quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

O objeto da contratação possui natureza complexa, sensível e indivisível do ponto de vista operacional e assistencial, por se tratar de serviços especializados de internação compulsória, determinados exclusivamente por ordem judicial, envolvendo pacientes adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas e/ou transtornos psiquiátricos associados. A adequada execução do objeto exige continuidade assistencial, padronização de protocolos terapêuticos, equipe multidisciplinar integrada, infraestrutura compatível e gestão unificada do tratamento, condições que restariam comprometidas caso houvesse a fragmentação da execução entre múltiplos fornecedores.

A adoção de um único fornecedor por lote configura medida de eficiência administrativa e de mitigação de riscos, pois reduz a probabilidade de falhas na execução, conflitos operacionais, descontinuidade terapêutica e dificuldades no cumprimento tempestivo das decisões judiciais, as quais demandam respostas imediatas e eficazes por parte da



Administração Pública. Ressalta-se que eventual interrupção ou inadequação na prestação do serviço pode gerar impactos diretos à saúde dos pacientes, além de responsabilização administrativa e judicial do ente público.

Sob o aspecto da governança contratual, a concentração da execução em um único contratado para cada lote possibilita maior efetividade na fiscalização, no acompanhamento e na responsabilização contratual, reduzindo custos administrativos, operacionais e de controle, em observância aos princípios da eficiência, economicidade, segurança jurídica e interesse público, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Ademais, a opção pela ampla concorrência não implica restrição à competitividade, mas, ao contrário, permite maior disputa entre os licitantes aptos a executar integralmente o objeto, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas à Administração, especialmente em razão do ganho de escala inerente ao registro de preços.

1.5.2. Diante da conveniência e da vantajosidade para a Administração Pública na consecução do interesse público, manifesta-se pela adoção, no presente caso, da licitação pelo critério da ampla concorrência para os lotes/itens acima especificados, assegurada a observância do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos do art. 44 da legislação vigente.

1.6. Agrupamento do objeto em lotes:

1.6.1. Justifica-se o agrupamento do objeto em lote, uma vez que é imprescindível que os serviços de internação e de transporte sejam executados por uma única empresa, por se tratarem de serviços complementares e indissociáveis entre si. Nesse sentido, a empresa responsável pela internação do paciente deverá ser a mesma encarregada de realizar o respectivo transporte.

Dessa forma, a divisão dos serviços supramencionados mostra-se inviável sob os aspectos administrativo, técnico e econômico, pois acarretaria dificuldades na gestão, na execução contratual e na eficiência da prestação dos serviços. Assim, resta evidenciada a inviabilidade do parcelamento do objeto da presente licitação, uma vez que a segregação dos serviços de transporte e internação é administrativamente e tecnicamente impraticável para as empresas do segmento.

Diante do exposto, visando à adequada execução do contrato e à melhor consecução do interesse público, o objeto será mantido em dois grupos, compostos por 02 (dois) itens, cuja segregação se mostra inviável pelos fundamentos acima apresentados.

1.7. DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS NA HABILITAÇÃO

1.7.1. Alvará da Vigilância Sanitária em vigor;

1.7.2. Alvará de Localização e Funcionamento em vigor;

1.7.3. Ficha do cadastro no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde- SCNES, devidamente atualizada, de acordo com este serviço solicitado;



1.7.4. Certificado de inscrição da pessoa jurídica junto ao respectivo Conselho Federal e/ou Conselho Regional, em vigor;

1.7.5. Certificado de inscrição do responsável técnico no respectivo Conselho Federal e/ou Conselho Regional, em vigor;

1.7.6. Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, emitido pelo Corpo de Bombeiros Estadual competente, certificando que o local possui as condições de segurança contra incêndio, válido.

1.7.7. Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe multiprofissional (Psiquiatra, Psicólogo e equipe especializada em reabilitação de dependentes químicos e equipe de apoio), bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, acompanhados dos seguintes documentos: Nome, cópia RG e do Registro no Conselho de Classe competente;

1.7.8. A apresentação de prova de vínculo dos profissionais técnicos acima, com a empresa, poderá se dar através de uma das seguintes formas:

I - Carteira Profissional (CTPS), no caso de vínculo empregatício;

II - Ato Constitutivo, Contrato Social ou Estatuto, devidamente registrado no órgão competente, no caso de vínculo societário;

III – Será admitido, também, contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil comum, com as firmas reconhecidas.

A conferência dos documentos exigidos neste termo será efetuada pela Diretora de Serviços Especializados, Sra. **VANESSA VIEIRA CAIXETA BORGES**.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A presente justificativa tem por objetivo fundamentar a necessidade de contratação de serviços especializados para a realização de internações compulsórias de pessoas com transtornos decorrentes do uso abusivo de substâncias psicoativas (álcool e outras drogas), em cumprimento às determinações judiciais. A medida visa garantir resposta imediata às demandas da judicialização da Saúde e enfrentar de forma estruturada a crescente complexidade dos casos relacionados à dependência química, que afetam indivíduos de ambos os sexos e faixas etárias.

A internação compulsória, prevista em nosso ordenamento jurídico, deve ser compreendida como medida de caráter excepcional e aplicada nos termos legais. A Lei Federal nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, estabelece no artigo 6º, incisos II e III, que a internação involuntária (sem consentimento do paciente, a pedido de terceiro) e a compulsória (determinada judicialmente) são admissíveis quando os recursos extra-hospitalares se revelarem insuficientes para o tratamento adequado, desde que observados os critérios clínicos e legais.

Complementarmente, a Lei nº 13.840/2019, que atualizou a Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), dispõe em seu artigo 23-A, §5º, que a internação involuntária poderá ser indicada quando se verificar a incapacidade do indivíduo de se autogerir ou representar risco à própria saúde ou à de terceiros, sendo sua duração condicionada à avaliação médica continuada e comunicada ao Ministério Público.



É imprescindível destacar que, mesmo com a existência e fortalecimento de uma rede de atenção psicossocial (RAPS), em determinadas situações os recursos ambulatoriais e comunitários não são suficientes para conter o agravamento do quadro clínico, sendo necessária a intervenção institucional em regime de internação. Essa decisão, quando respaldada por laudo médico e validada judicialmente, obriga o Município a estar capacitado, administrativa e financeiramente, para cumprir a ordem judicial de forma célere, eficaz e segura.

Ressalta-se que o não atendimento a determinações judiciais pode acarretar responsabilização do ente público, inclusive com imposição de multas diárias e medidas administrativas junto ao gestor de saúde. Assim, a contratação em questão não apenas busca garantir o cumprimento da legislação vigente, como também assegurar a preservação da saúde e da vida dos munícipes, em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana e da integralidade do cuidado.

Portanto, a contratação de serviços de internação compulsória, mediante processo licitatório, representa medida de planejamento estratégico da gestão de saúde pública, conferindo agilidade na execução de decisões judiciais e efetividade na atenção aos usuários em situação de vulnerabilidade grave por uso abusivo de substâncias psicoativas.

A diferença de valores entre os serviços de internação compulsória judicial para pacientes do sexo feminino e masculino decorre de especificidades estruturais, assistenciais e operacionais, tais como dimensionamento diferenciado de equipe multiprofissional, protocolos de segurança, adequações físicas das unidades e custos específicos relacionados à assistência integral de cada perfil, conforme práticas usuais do mercado especializado.

2.2. A contratação tem por objetivo, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e promover o desenvolvimento municipal, garantindo a boa qualidade dos serviços e de empresas comprometidas com o desenvolvimento.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) Classe/Grupo: SERVIÇOS

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. Analisando as alternativas disponíveis e que atendam à necessidade da área requisitante, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução indicada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de internação compulsória judicial de pacientes adultos, de ambos os sexos, em cumprimento a ordens judiciais expedidas em processos de judicialização da saúde, não sendo objeto desta contratação a internação de menores de idade.

3.2. Será aceita a proposta do fornecedor: Que tenha atendido a todas as exigências de habilitação; Cujas especificações dos serviços seja compatível com a deste termo e do



edital; A apresentação de proposta para a contratação pretendida implica concordância da contratada em fornecer os serviços/produtos pelo preço de referência.

3.3. A aceitabilidade será verificada por LOTE, podendo ter lote aceito e lote recusado.

3.4 O valor mensal da internação compulsória judicial compreende, obrigatoriamente, todos os serviços necessários à assistência integral do paciente, incluindo: hospedagem, alimentação, fornecimento de medicação prescrita, atendimentos médicos clínicos e psiquiátricos, atendimentos psicológicos e terapêuticos, assistência de enfermagem 24 (vinte e quatro) horas, exames clínicos de rotina, manejo de intercorrências clínicas e psiquiátricas, bem como atendimentos de urgência e emergência relacionados ao tratamento, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais.

3.5. Para fins deste Termo de Referência, considera-se Serviço (SV) mensal a prestação de serviços de internação compulsória judicial correspondente a 01 (um) paciente internado pelo período de até 30 (trinta) dias.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. São obrigações do Contratante:

- receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo, no Edital e seus anexos;
- verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constantes deste termo, do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo, no Edital e seus anexos;
- a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- Comunicar ao Contratado posterior alteração do projeto pelo Contratante na hipótese do art. 93, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.



- Designar um fiscal e um fiscal substituto do contrato a ser firmado, a quem competirá verificar a correta prestação dos serviços.
- Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços dentro das normas do contrato a ser firmado.
- Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos serviços que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA.
- Permitir o acesso dos empregados da empresa às dependências do órgão contratante para execução dos serviços referentes ao objeto do contrato, quando se fizer necessário, desde que estejam identificados com o crachá da empresa.
- Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto desta licitação que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas.
- Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.
- Comunicar oficialmente à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço e quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo, do Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

5.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior;

5.3. Responsabilizar-se pela guarda e conservação dos originais, quando do envio dos mesmos para execução dos serviços e devolve-los nas mesmas condições que os recebeu,

5.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

5.5. A Contratada se responsabilizará por quaisquer despesas decorrentes da execução do objeto.

5.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de



2021;

5.7. Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

5.8. Atender prontamente todas as solicitações do Contratante previstas neste termo, no Edital e seus anexos.

5.9. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços/fornecimento dos produtos.

5.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos.

5.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato/ata;

5.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5.13. Toda execução deverá ser feita somente mediante solicitação do Contratante, sob pena de não recebimento do serviço executado. Os serviços rejeitados deverão ser substituídos.

5.14. Não serão aceitos serviços em desconformidade com o objeto contratado.

5.15. Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

5.16. Responsabilizar-se, integralmente, pelo serviço prestado conforme legislação vigente;

5.17. Submeter-se à fiscalização da SMS, através do setor competente, que acompanhará a prestação do serviço, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;

5.18. Fornecer informações ao Contratante sempre que solicitado;

5.19. Responsabilizar-se por todos os ônus e encargos em virtude da execução do serviço. Incluso o recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto desta licitação, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de Patos de Minas/MG;



5.20. Responsabilizar-se pelas obrigações e encargos, assumindo inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por danos e prejuízos causados a seus empregados, prepostos, ao contratante ou a terceiros;

5.21. Responsabilizar-se pelas despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, encargos sociais, fiscais, previdenciários e trabalhistas, transportes, de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no desempenho do objeto ora licitado, ficando ainda, ao Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

5.22. Responsabilizar-se pelos empregados forem vítimas de acidentes, durante a execução do contrato;

5.23. Cumprir as disposições legais que regulamentam o exercício de sua atividade, como empresa legalmente habilitada para prestação dos serviços;

5.24. Nomear um Responsável, que irá responder pelos serviços prestados, além de prestar informações ao Município de Patos de Minas, quando necessário.

5.25. Dispor de medicamentos, insumos e recursos humanos adequados ao acolhimento dos pacientes e ao tratamento.

5.26. Ter equipe multidisciplinar para atender aos pacientes integralmente e prestar atendimento humanizado.

5.27. Dispor de responsável técnico que assuma a responsabilidade pela administração e guarda de medicamentos em uso pelos residentes.

5.28. Dispor de equipe técnica multiprofissional compatível com o número de pacientes internados, composta, no mínimo, por médico psiquiatra responsável técnico, médico clínico, psicólogo, assistente social, enfermeiro, técnicos de enfermagem com cobertura ininterrupta de 24 (vinte e quatro) horas, terapeuta ocupacional, educador físico, nutricionista e demais profissionais necessários à execução do plano terapêutico.

5.29. Permitir que os pacientes recebam visitas previamente agendadas pela família de acordo com a rotina da clínica/hospital.

5.30. Dispor de monitoramento 24 horas, para garantir a segurança do paciente, a segurança do estabelecimento, principalmente no intuito de evitar possível fuga de paciente em regime de internação compulsória.

5.31. A execução dos serviços será realizada nas dependências do estabelecimento contratado.

5.32. Em situações excepcionais de evasão do paciente em regime de internação



compulsória judicial, a contratada deverá adotar medidas técnicas e legais de segurança, comunicando imediatamente à Secretaria Municipal de Saúde e às autoridades competentes, sendo vedada qualquer conduta que viole os direitos fundamentais do paciente.

5.33. Prestar orientações e informações aos familiares e técnicos de referências dos pacientes sempre que solicitado. Qualquer situação imprevista com os pacientes deverá ser comunicada em caráter de urgência aos responsáveis.

5.34. Desenvolver os serviços com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, dispondo de equipe técnica multidisciplinar suficiente para execução dos serviços sem interrupção do mesmo, os quais não terão nenhum vínculo empregatício com o Município de Patos de Minas, sendo de exclusiva responsabilidade da contratada as despesas com todos os encargos fiscais e comerciais e todos os encargos de possível demanda ou penal, relacionadas à execução dos serviços.

5.35. Manter em seus registros documentação que comprove a formação técnica de todos os profissionais envolvidos para a prestação dos serviços de reabilitação de dependentes químicos;

5.36. Disponibilizar para o bom desenvolvimento das atividades diárias: equipe multidisciplinar completa, terapias alternativas, laborterapias, cursos, palestras, atividades físicas, dentre outras;

5.37. Garantir a permanência dos pacientes em regime de internação de 24 horas por dia, ininterruptamente, independente da voluntariedade da mesma, uma vez que existe mandado judicial;

5.38. Garantir a segurança dos pacientes nas dependências internas e externas do estabelecimento;

5.39. Permitir a fiscalização dentro da instituição pela equipe técnica responsável, seja vigilância em saúde, seja comissão de saúde mental da Secretaria Municipal de Saúde de Patos de Minas/MG, em qualquer tempo, sem aviso prévio.

5.40. Deverá informar à Secretaria Municipal de Saúde (CAPS AD) a programação de Alta Médica com 30 dias de antecedência para agendamento e acompanhamento da paciente no Ambulatório de Saúde Mental.

5.41. Colocar à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, todas as informações acerca do tratamento realizado, sempre que solicitado, emitindo relatórios elaborados por equipe multiprofissional, informando sobre a evolução, diagnóstico e recursos terapêuticos utilizados com os pacientes.

5.42. A contratada deverá ser autorizada pelos órgãos sanitários e outros competentes e o tratamento deverá ser executado de acordo com as melhores técnicas, com total observância da legislação inerentes a esta questão, incluindo a Lei Municipal nº 8.244, de 3 de maio de 2022.

5.43. Responsabilizar-se por toda a assistência devida ao interno, inclusive condições de asseio e higiene, alimentação, assistência médica, materiais necessários para o desenvolvimento de atividades e tudo o mais que se fizer necessário no período de internação.



5.44. Tratar o interno com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação e inserção na família e na comunidade.

5.45. Fornecer ao fiscal da ata o Plano de Trabalho para tratamento de cada paciente, visando informar detalhes do tratamento para melhor acompanhamento do quadro clínico.

5.46. Realizar o transporte dos pacientes até sua sede, onde será executado o serviço, sendo responsabilidade da mesma o transporte - ida e volta.

5.47. Comunicar ao contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

5.48. A execução do contrato deverá ocorrer em articulação permanente com a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, especialmente com o CAPS AD, garantindo comunicação periódica, compartilhamento de informações clínicas, elaboração conjunta do plano terapêutico e do plano de alta, assegurando a continuidade do cuidado após a internação.

5.49. A execução do objeto implica o tratamento de dados pessoais sensíveis de pacientes, especialmente informações de saúde, devendo a futura contratada cumprir integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), assumindo responsabilidade direta e exclusiva por qualquer tratamento realizado. Os dados deverão ser utilizados estritamente para a execução do objeto, sendo expressamente vedada sua utilização para finalidades diversas, bem como o compartilhamento, cessão ou divulgação a terceiros, salvo por imposição legal ou judicial. A contratada deverá adotar medidas técnicas, administrativas e organizacionais rigorosas para garantir a confidencialidade, integridade e segurança das informações, restringindo o acesso apenas a profissionais indispensáveis, formalmente obrigados ao dever de sigilo. Qualquer incidente de segurança deverá ser comunicado imediatamente à Administração, respondendo a contratada integralmente por danos, sanções administrativas, civis e contratuais decorrentes.

6. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

6.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

6.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

6.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

6.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

6.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do



cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

6.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

6.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

6.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

6.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

6.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

6.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

6.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

6.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6.13. A contratada deverá indicar responsável pelo tratamento de dados pessoais, implementar plano de segurança da informação e adotar protocolos específicos para prevenção e comunicação de incidentes envolvendo dados sensíveis de saúde mental, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

SUBCONTRATAÇÃO

Será admitida a subcontratação parcial do objeto, mediante autorização da contratante.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual para a execução do objeto, uma vez que não se trata de licitação de grande vulto.

**ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da licitação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da licitação.

CONSÓRCIO

Como se depreende a Lei nº 14.133/2021 a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser admitida ou não, e tal decisão cabe única e exclusivamente ao órgão promotor da licitação, pois esse juízo de oportunidade e conveniência encontra-se em sua margem de discricionariedade. A Doutrina e jurisprudência são unânimes em assentar que a permissão de empresas participarem da licitação pública reunidas em consórcio recai na discricionariedade da Administração, conforme dispõe os Acórdãos do Tribunal de Contas da União nº 1.240/2008 e nº 2831/2012 – TCU – Plenário.

Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” na licitação em tela.

8. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**8.1. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

8.1.1. Os serviços contratados deverão compreender o acolhimento, internação, tratamento clínico, psicológico e terapêutico, acompanhamento psiquiátrico e social, bem como o fornecimento de alimentação, hospedagem, medicação, assistência médica e cuidados gerais necessários à recuperação e reintegração social dos pacientes.

8.1.2. A empresa contratada deverá garantir atendimento humanizado, observando os princípios da dignidade da pessoa humana.

8.1.3. A estrutura física do estabelecimento deverá atender às normas sanitárias e de vigilância vigentes, possuindo ambientes adequados para repouso, atividades terapêuticas, refeitório, enfermaria, sala de atendimento médico e psicológico, bem como área externa para convivência supervisionada.

8.1.4. A contratada deverá dispor de equipe multiprofissional.

8.1.5. A prestação dos serviços deverá ocorrer em unidade própria da contratada, devidamente licenciada e regularizada junto aos órgãos competentes.

8.1.6. A execução do tratamento deve ser iniciada a partir da chegada do paciente ao estabelecimento da contratada

8.1.7. Os serviços a serem prestados deverão ser ofertados por estabelecimentos que possuem atendimento especializado.



8.2. DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.2.1. As internações compulsórias serão realizadas conforme a demanda das ordens judiciais recebidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Patos de Minas.

8.2.2. O prazo de execução do serviço começará a fluir a partir da ordem de serviço conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de envio da Nota de Empenho, podendo sofrer alteração a critério da Administração.

8.2.3. A internação de cada paciente será pelo **prazo de até 180 (cento e oitenta) dias**.

8.2.3.1. A prorrogação do prazo de internação somente ocorrerá mediante justificativa médica fundamentada, elaboração de relatório clínico atualizado e, quando exigido, manifestação do Poder Judiciário ou do Ministério Público, com ciência prévia da Secretaria Municipal de Saúde, podendo requerer avaliação/perícia médica prévia conforme o caso.

8.2.3.2. O Plano de Atendimento Individual deverá ser encaminhado para a coordenação do CAPS AD, e estar em conformidade com a Lei Federal nº 13.840/19.

8.2.4. A remoção será solicitada pela equipe da Secretaria Municipal de Saúde e deverá ser atendida em até 72 (setenta e duas) horas, contados a partir do recebimento da solicitação/ordem de serviços, sendo que tais procedimentos deverão ser agendados e notificados ao responsável de cada paciente.

8.2.5. A contratada deverá comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data de início da prestação dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.2.6. A remoção do paciente será realizada pela contratada, por meio de equipe especializada e devidamente capacitada para abordagem técnica e humanizada, utilizando veículo adequado e/ou descaracterizado, garantindo a integridade física, psíquica e a dignidade do paciente, desde o local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde até a unidade da contratada, bem como o retorno ao Município após a alta médica.

8.2.7. O transporte dos pacientes deverá ser em veículo adequado e/ou descaracterizado, com os profissionais especializados neste serviço.

8.2.8. O tratamento poderá ser suspenso, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.2.9. A CONTRATADA deverá informar a Secretaria Municipal de Saúde a programação de Alta Médica com 30 dias de antecedência para agendamento e acompanhamento dos pacientes no Ambulatório de Saúde Mental.

8.2.10 A empresa contratada deverá assegurar a disponibilidade de vaga para atendimento imediato das ordens judiciais encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde, observada a capacidade instalada da unidade, de modo a garantir o cumprimento tempestivo das determinações judiciais, especialmente em situações de urgência decorrentes da judicialização da saúde.

9. GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



- 9.1.** A Ata de Registro de Preços (ARP) deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ARP, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 9.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.5.** Após a assinatura da ARP ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 9.6.** O controle da execução da ARP deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 9.7.** Para esta contratação a gestão será exercida pela Gerência de Suprimentos e Diretora de Orçamento e Finanças e a fiscalização será exercida pela Diretora de Serviços Especializados Vanessa Vieira Caixeta Borges e pela Gerente de Serviços Especializados Cássia da Mota Carvalho.
- 9.8.** A Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.9.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 9.10.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.11.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.12.** A execução da ARP deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 9.13.** O fiscal técnico da ARP acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



9.14. O fiscal técnico da ARP anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.15. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.16. O fiscal técnico da ARP informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da ARP nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.18. O fiscal técnico da ARP comunicar ao gestor da ARP, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.19. O fiscal administrativo da ARP verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.20. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo da ARP atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da ARP para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.21. O gestor da ARP coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da ARP contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da ARP, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.22. O gestor da ARP acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.23. O gestor da ARP acompanhará os registros realizados pelos fiscais da ARP, de todas as ocorrências relacionadas à execução da ARP e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.24. O gestor da ARP emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.25. O gestor da ARP tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido



pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.26. O fiscal administrativo da ARP comunicará ao gestor da ARP, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

9.27. O gestor da ARP deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10. CRITÉRIOS MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO DO RECEBIMENTO

10.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 02 (dois) dias úteis.

10.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Do Reajuste e do Reequilíbrio**

10.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

10.10. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.12. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.13. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.14. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.16. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.17. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Cabe a contratada apresentar documentos (originais ou autenticados em cartório) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

I - Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do serviço, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

II- O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

III - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação



da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

IV - Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

10.17.1. A data base do orçamento é 17/12/2025.

10.17.2. As solicitações de reajuste e/ou reequilíbrio deverão ser feitos via Aprova Digital, através do link <https://patosdeminas.prefeituras.net/login>.

Liquidação

10.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

10.19. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.20. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 10.20.1.** o prazo de validade;
- 10.20.2.** a data da emissão;
- 10.20.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 10.20.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- 10.20.5.** o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

10.22. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de certidões negativas, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.23. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.24. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis,



regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.25. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.26. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.27. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Município.

Prazo de pagamento

10.28. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

10.29. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, “pro-rata tempore” ou outro índice que venha substituí-lo, conforme a legislação vigente, acrescido de juros de 1% ao ano.

Forma de pagamento

10.30. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.33. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECIMENTO

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.



11.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).

11.3. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes neste TERMO DE REFERÊNCIA.

11.4. A proposta de preços ajustada ao lance final deverá conter o valor numérico dos preços unitários e totais, não podendo exceder o valor do lance final.

11.5. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os requisitos (jurídicos, técnicos, fiscal, social, trabalhistas, econômico-financeiro) exigidos no edital.

12 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As dotações orçamentárias para custear as despesas decorrentes com as aquisições do objeto desta licitação serão informadas na formalização do contrato ou instrumento hábil.

13 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Instrução Normativa SSC/MGI n.º 217/2021, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

- a.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou prestar declaração falsa.
- b.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
- c.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- d.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- e.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.
- f.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- i.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- j.** Der causa à inexecução parcial do contrato.



k. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

l. Der causa à inexecução total do contrato.

13.2. O licitante ou o contratado que descumprir, total ou parcialmente, as regras estabelecidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou no contrato administrativo, ficará sujeito às seguintes sanções, aplicadas conforme o disposto na Instrução Normativa SSC/MGI Nº 217/2024 e na Lei nº 14.133/2021:

a. Advertência.

b. Multa moratória ou compensatória.

c. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de três anos.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

a. A natureza e a gravidade da infração cometida.

b. As peculiaridades do caso concreto.

c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A sanção de multa, calculada conforme disposto no instrumento convocatório ou nas cláusulas contratuais, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

13.6. A aplicação das sanções previstas requererá a instauração de processo de responsabilização, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

a. Para as sanções de advertência e multa, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

b. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será conduzida por comissão designada, que avaliará os fatos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de quinze dias úteis,



contado da data de intimação, apresentar defesa por escrito e especificar as provas que pretende produzir.

13.7. Da decisão que aplica as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

13.8. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.10. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

14 – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Justiça em Patos de Minas para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação que não puderem ser compostos pelos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias (arbitragem, mediação, conciliação ou Comitês de Resolução de Disputas (dispute boards) conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

16 - DA SECRETARIA PARTICIPANTE DO PROCESSO

- ✓ Secretaria Municipal de Saúde.

Cassia da Mota Carvalho
Diretora de Serviços Especializados



APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de internação compulsória, para tratamento e recuperação de pacientes adultos, de ambos os sexos, com transtornos decorrentes do uso de substâncias psicoativas e/ou transtornos psiquiátricos associados, exclusivamente mediante determinação judicial no Município de Patos de Minas.

Considerando que o Termo de Referência contempla elementos suficientes para a adequada caracterização do objeto a ser adquirido, APROVO o referido documento para que, obrigatoriamente, seja parte integrante do edital.

ANA CAROLINA MAGALHÃES CAIXETA
Secretária Municipal de Saúde

8 - TR INTERNAÇÃO pdf

Código do documento 86088b56-cc55-4210-9cf5-97e1087282a0



Assinaturas



Cássia da Mota Carvalho
cassiadamota@hotmail.com
Assinou

Cássia da Mota Carvalho



Ana Carolina Magalhães Caixeta
anacarolina@patosdeminas.mg.gov.br
Assinou

Ana Carolina Magalhães Caixeta

Eventos do documento

28 Jan 2026, 09:11:08

Documento 86088b56-cc55-4210-9cf5-97e1087282a0 **criado** por SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (121a2773-68b9-4ed4-bf75-604e48a41f0c). Email:saude.compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-01-28T09:11:08-03:00

28 Jan 2026, 09:36:59

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (121a2773-68b9-4ed4-bf75-604e48a41f0c). Email:saude.compras@patosdeminas.mg.gov.br. **REMOVEU** o signatário **cassiadamota@hotmail.com** - DATE_ATOM: 2026-01-28T09:36:59-03:00

28 Jan 2026, 09:37:05

Assinaturas **iniciadas** por SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (121a2773-68b9-4ed4-bf75-604e48a41f0c). Email:saude.compras@patosdeminas.mg.gov.br. - DATE_ATOM: 2026-01-28T09:37:05-03:00

28 Jan 2026, 12:33:19

CÁSSIA DA MOTA CARVALHO **Assinou** - Email: cassiadamota@hotmail.com - IP: 138.0.64.36 (138-0-64-36-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 30168) - Documento de identificação informado: 932.124.706-82 - DATE_ATOM: 2026-01-28T12:33:19-03:00

28 Jan 2026, 13:50:22

ANA CAROLINA MAGALHÃES CAIXETA **Assinou** (2152e66f-531e-42c7-92bb-8bd0fb5ad7fd) - Email:anacarolina@patosdeminas.mg.gov.br - IP: 138.0.64.36 (138-0-64-36-cgnat.onnettelecom.com.br porta: 52180) - Documento de identificação informado: 094.334.186-89 - DATE_ATOM: 2026-01-28T13:50:22-03:00

Hash do documento original

(SHA256):155533575af603fafcd920fc750e6e4cb00ae5a7e5b023a834eea09efbae8f30

(SHA512):ead2fb7602edc5a391a30d64648fdbfcd0ce125ef5ef8672d700d3867643068a2713bf3c837e311462fdb94fc4c658d19073ad27a89ebb8256d53c18e1554dc

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.
